

Ata

26.ª Reunião de Câmara | Ordinária

05 de setembro de 2022, 16:00h

Maia, Paços do Concelho

Ao quinto dia do mês de setembro de dois mil e vinte e dois, pelas 16:00h, na sala de reuniões no terceiro piso do Edifício dos Paços do Concelho, realizou-se a vigésima sexta reunião de Câmara, ordinária.

Presidiu à reunião o Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago.

Secretariou a reunião a Diretora de Departamento de Finanças e Património, Alexandra Carvalho.

Estiveram presentes:

1. Presidente, António Domingos da Silva Tiago
2. Vereador, José Francisco Ferreira da Silva Vieira de Carvalho
3. Vice-Presidente, Emília de Fátima Moreira dos Santos
4. Vereador, António Manuel Leite Ramalho
5. Vereadora, Sandra Raquel Vasconcelos Lameiras
6. Vereadora, Marta Moreira de Sá Peneda
7. Vereador, Paulo Sérgio Fernandes da Rocha
8. Vereador, Hernâni Avelino da Costa Ribeiro
9. Vereador, António José Ferreira Peixoto



Estiveram ausentes por motivos devidamente justificados os Senhores Vereadores, Mário Nuno Alves de Sousa Neves e Paulo Fernando de Sousa Ramalho, que foram substituídos pelas Senhoras Vereadoras, Nísia Maria Durães Martins Marques e Maria Alexandra Leite da Silva Torres Teles de Menezes, respetivamente.

1. Período antes da ordem do dia

O Senhor Vereador António Manuel Leite Ramalho interveio, dando nota que na última reunião tinha colocado uma questão à Senhora Vice-Presidente, Emília de Fátima Moreira dos Santos, questionando se tinha alguma informação que pudesse partilhar.

A Senhora Vice-Presidente, Emília de Fátima Moreira dos Santos, deu nota que na última reunião o Senhor Vereador tinha questionado quais eram os procedimentos que poderiam ter em atraso, e as razões para tal, no âmbito da DGU. A justificação que tinha dado prendia-se com a falta de recursos humanos, mas que já estavam a trabalhar desde o dia um de setembro, cerca de três pessoas. Mais acrescentou que a partir daquele momento algo melhoraria. Mais referiu que havia um gestor de processo e agora com mais três recursos, após a fase inicial de aprendizagem do serviço, iriam colmatar essa lacuna.

O Senhor Vereador António Manuel Leite Ramalho referiu que tinha colocado uma questão em concreto sobre o processo 2210/17 e que a Senhora Vice-Presidente teria ficado de ver qual era o ponto de situação.

A Senhora Vice-Presidente, Emília de Fátima Moreira dos Santos, esclareceu que aguarda informação, tendo o Senhor Vereador António Manuel Leite Ramalho salientado que particularizava esse processo, porque vinha a ser contactado reiteradamente, designadamente sobre esse processo.

2. Aprovação da ata da 24.ª reunião ordinária de 01 de agosto de 2022

Depois de submetida a discussão e votação foi a ata da vigésima quarta reunião ordinária, de um de agosto de dois mil e vinte e dois, **aprovada por unanimidade**. Não participaram na votação as Senhoras Vereadoras Sandra Raquel Vasconcelos Lameiras, Marta Moreira de Sá Peneda e Nísia Maria Durães Martins Marques e o Senhor Vereador António José Ferreira Peixoto, por não terem estado presentes na reunião a que ata dizia respeito nos termos do impedimento legal previsto no n.º 3



do art.º 34.º do Código de Procedimento Administrativo.

3. Alteração orçamental modificativa (revisão orçamental) aos Documentos Previsionais de 2022: terceira ao Orçamento da Receita, terceira ao Orçamento da Despesa, terceira ao Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e terceira ao Plano de Atividades Mais Relevantes (PAM)

Informação emanada do Departamento de Finanças e de Património – registo n.º 29 749/22

Depois de submetida a discussão e votação foi a alteração orçamental modificativa (revisão orçamental) aos Documentos Previsionais de dois mil e vinte e dois (2022): terceira (3.ª) ao Orçamento da Receita, terceira (3.ª) ao Orçamento da Despesa, terceira (3.ª) ao Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e terceira (3.ª) ao Plano de Atividades Mais Relevantes (PAM), **aprovada por maioria, esta em consequência da abstenção do Partido Socialista.**

Apresentação à Assembleia Municipal nos termos e para os efeitos previstos na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual.

4. Atribuição de comparticipação financeira à ANSE – Abrigo Nossa Senhora da Esperança, para aquisição de central fotovoltaica

Proposta subscrita conjuntamente pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago, e pela Senhora Vereadora do Pelouro do Desenvolvimento Social e Demografia, Emília de Fátima Moreira dos Santos – registo n.º 22 930/22

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago deu nota que o ponto em apreço já tinha sido presente em sede de reunião camarária, tendo ficado adiado para que a Senhora Vice-Presidente, Emília de Fátima Moreira dos Santos, indagasse junto da Instituição se a mesma se tinha candidatado a algum programa nessa área, tendo sido transmitido que não.

O Senhor Vereador José Francisco Ferreira da Silva Vieira de Carvalho questionou se a ANSE não se tinha candidatado a nada e se não o faria.

A Senhora Vice-Presidente, Emília de Fátima Moreira dos Santos esclareceu que não se iria candidatar porque já não podia.



O Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago complementou, dando nota que o que estavam agora a fazer com a Agência de Energia do Porto, era que, se fosse aberto um novo programa, quer a Câmara Municipal quer as IPSS do Concelho que precisassem e necessitassem, podiam-se candidatar. Mais referiu que, com a crise energética, cada vez mais estes programas faziam sentido.

Depois de submetida a discussão e votação foi a atribuição de uma comparticipação financeira à ANSE – Abrigo Nossa Senhora da Esperança, no valor de dezoito mil seiscentos e noventa e nove euros e dezoito cêntimos (18 699,18 euros), **aprovada por unanimidade.**

5. Concessão de benefícios públicos 2022 | Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de São Pedro Fins

Proposta subscrita conjuntamente pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago, e pelo Senhor Vereador do Pelouro da Cultura e Conhecimento, Mário Nuno Alves de Sousa Neves – registo n.º 34 961/22

Depois de submetida a discussão e votação foi a concessão de um benefício público à Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de São Pedro de Fins, no valor de mil euros (1000,00 euros), **aprovada por unanimidade.**

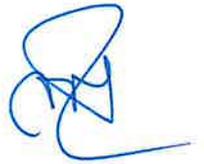
6. Concessão de benefícios públicos 2022 | Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de S. Faustino de Gueifães

Proposta subscrita conjuntamente pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago, e pelo Senhor Vereador do Pelouro da Cultura e Conhecimento, Mário Nuno Alves de Sousa Neves – registo n.º 28 483/22

Depois de submetida a discussão e votação foi a concessão de um benefício público à Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de S. Faustino de Gueifães, no valor de mil e quinhentos euros (1500,00 euros), **aprovada por unanimidade.**

7. Programa Municipal de Emergência Social 2022 – reforço de verba

Proposta subscrita conjuntamente pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago, e pela Senhora Vereadora do



Pelouro do Desenvolvimento Social e Demografia, Emília de Fátima Moreira dos Santos – registo n.º 40 844/22

Depois de submetida a discussão e votação foi o reforço da verba atribuída ao PMES dois mil e vinte e dois (2022) – Programa Municipal de Emergência Social, em setenta e cinco mil euros (75 000,00 euros), **aprovada por unanimidade**.

8. Reabilitação dos espaços públicos e infraestruturas do Bairro do Sobreiro – 3.ª fase - NORTE – 05 -2316 - FEDER – 000236

Proposta de adjudicação e aprovação da minuta do contrato

Proposta emanada pela Divisão de Contratação Pública e Aprovisionamento – registo n.º 34 545/21

Depois de submetida a discussão e votação foi a proposta de decisão de adjudicação e aprovação da minuta de contrato, **aprovada por unanimidade**.

9. Proc. 428/2022 – Ajuste direto ao abrigo de critérios materiais (urgência imperiosa) para aquisição de refeições escolares para as Escolas Básicas do 2.º, 3.º Ciclos e Secundárias da rede pública do concelho da Maia, no âmbito de transferência de competências no domínio da educação

Aprovação da proposta de adjudicação sujeita a ratificação do Executivo Municipal

Informação emanada da Divisão de Contratação Pública e Aprovisionamento – registo n.º 22 359/2022

Depois de submetida a discussão e votação foi a aprovação da proposta de adjudicação e minuta, **ratificada por unanimidade**.

10. Processo de desafetação n.º 1-D/22, em nome de Município da Maia

Informação emanada pela Divisão de Gestão Urbana

Depois de submetida a discussão e votação foi a retificação de parte do Auto de Avaliação, aprovado em reunião de Câmara ordinária pública em vinte (20) de junho de dois mil e vinte e dois (2022) (ponto nove (9)), bem como na quarta (4.ª) Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de quatro (4) de julho de dois mil e vinte e dois (2022), das parcelas de terrenos identificadas na informação elaborada pela Comissão de Avaliação, **aprovada por unanimidade**.



Apresentação à Assembleia Municipal nos termos e para os efeitos previstos na alínea q) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual.

11. Proposta de postura de trânsito na Rua de Infante D. Henrique e Rua de União Nogueirense, Freguesias da Cidade da Maia e Nogueira e Silva Escura

Proposta subscrita pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago – registo n.º 31 285/22

Depois de submetida a discussão e votação foi a alteração à postura existente de modo a condicionar o acesso de viaturas pesadas somente a cinquenta (50) metros do entroncamento da Rua Infante D. Henrique com o acesso à A41, **aprovada por unanimidade.**

Apresentação à Assembleia Municipal nos termos e para os efeitos previstos na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual

12. Proposta de postura de trânsito na Avenida Dr. Andrade Dias, na Freguesia de Moreira

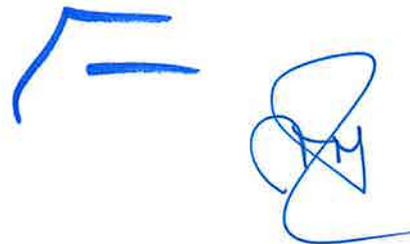
Proposta subscrita pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago – registo n.º 38 285/22

Depois de submetida a discussão e votação foi a nova postura de trânsito onde fosse implementada a proibição de estacionamento com exceção dos moradores, **aprovada por unanimidade.**

Apresentação à Assembleia Municipal nos termos e para os efeitos previstos na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual.

13. Pedido de isenção de taxas para realização da Festa em Honra da Nossa Senhora Mãe dos Homens – Junta de Freguesia de Moreira

Informação emanada pela Divisão de Planeamento e Gestão Financeira – registo n.º 30 747/22



Depois de submetido a discussão e votação foi o pedido de isenção de taxas solicitado pela Junta de Freguesia de Moreira, **aprovado por unanimidade.**

**14. Pedido de isenção de taxas de licenças para realização de desfile –
Marcha Musical das Comemorações do 25 de Abril – Junta de Freguesia
de Moreira**

Informação emanada pela Divisão de Planeamento e Gestão Financeira –
registo n.º 19 764/22

Depois de submetido a discussão e votação foi o pedido de isenção de taxas solicitado pela Junta de Freguesia de Moreira, **aprovado por unanimidade.**

**15. Pedido de isenção de taxas para 308 entradas gratuitas na Piscina da
Quinta da Gruta – Socialis – Associação de Solidariedade Social**

Informação emanada pela Divisão de Planeamento e Gestão Financeira –
registo n.º 32 206/22

Depois de submetido a discussão e votação foi o pedido de isenção de taxas solicitado pela Associação de Solidariedade Social - Socialis, **aprovado por unanimidade.**

**16. Pedido de isenção de taxas para realização do evento, Semana Cultural
2022 – Junta de Freguesia de Pedrouços**

Informação emanada pela Divisão de Planeamento e Gestão Financeira –
registo n.º 28 036/22

Depois de submetido a discussão e votação foi o pedido de isenção de taxas solicitado pela Junta de Freguesia de Pedrouços, **aprovado por unanimidade.**

**17. Pedido de isenção de taxas para realização da 8.ª Caminhada Solidária –
Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Pedrouços**

Informação emanada pela Divisão de Planeamento e Gestão Financeira –
registo n.º 38 899/22

Depois de submetido a discussão e votação foi o pedido de isenção de taxas solicitado pela Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Pedrouços, **aprovado por unanimidade.**



18. Pedido de isenção de taxas para realização da Festa em Honra do Senhor da Santa Cruz a ter lugar entre 8 e 11 de setembro 2022 – Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de S. Martinho de Barca

Informação emanada pela Divisão de Planeamento e Gestão Financeira – registo n.º 39 658/22

Depois de submetida a discussão e votação foi o pedido de isenção de taxas solicitado pela Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de S. Martinho de Barca, **aprovado por unanimidade.**

19. Pedido de isenção do pagamento de taxas para licenças a emitir para a Festa do Divino Salvador de Gondim 2022 – Fábrica da Igreja Paroquial de Gondim

Informação emanada pela Divisão de Planeamento e Gestão Financeira – registo n.º 32 366/22

Depois de submetido a discussão e votação foi o pedido de isenção de taxas solicitado pela Fábrica da Igreja Paroquial de Gondim, **aprovado por unanimidade.**

20. Pedido de isenção de taxas inerentes à solicitação de informação ao abrigo de um projeto de investigação sobre o valor económico real de soluções para coberturas/fachadas verdes – Instituto Superior Técnico – Projeto Genesis

Informação emanada pela Divisão de Planeamento e Gestão Financeira – registo n.º 14 608/22

Depois de submetido a discussão e votação foi o pedido de isenção de taxas solicitado pelo Instituto Superior Técnico, **aprovado por unanimidade.**

21. Pedido de redução da Tarifa de Resíduos Sólidos Urbanos apresentado pela requerente Paula Moreira

Proposta subscrita pela Senhora Vereadora do Pelouro da Qualidade de Vida, Ambiente, Clima e Energia, Marta Moreira de Sá Peneda – registo n.º 18 436/22

Depois de submetido a discussão e votação foi o pedido de redução da tarifa de resíduos sólidos, apresentado pela requerente Paula Moreira, aplicando para o efeito



uma redução de cinquenta (50) por cento na componente variável da TRSU, **aprovado por unanimidade.**

22. Operações integradas em comunidades desfavorecidas na Área Metropolitana do Porto: - Ratificação do Acordo celebrado entre a Área Metropolitana do Porto (na qualidade de beneficiária intermédia) e a Unidade Técnica Local Interior Norte; - Aprovação da minuta de Acordo de Constituição de Agrupamento de Entidades Adjudicantes da Unidade Técnica Local Interior Norte; - Aprovação do mapa financeiro das operações imateriais comuns à Unidade Técnica Local Interior Norte; - Aprovação do mapa financeiro das operações individuais materiais e imateriais do município da Maia

Proposta subscrita conjuntamente pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago e pela Senhora Vereadora do Pelouro do Desenvolvimento Social e Demografia, Emília de Fátima Moreira dos Santos – registo n.º 41 396/22

A Senhora Vice-Presidente, Emília de Fátima Moreira dos Santos, deu nota que no âmbito do PRR, tinha sido criado um plano integrado de apoio às comunidades desfavorecidas para as duas grandes Áreas Metropolitanas. Para o Porto, tinha sido destacado uma verba na ordem dos cento e vinte e dois milhões (122 000 000) de euros, sendo depois distribuídos por uma agregação de Municípios, criada em sede da Área Metropolitana. A Maia foi integrada na Unidade Técnica Local Interior Norte juntamente com Santo Tirso e Trofa, tendo sido alocado para essa a verba de dezasseis milhões (16 000 000) de euros. Mais referiu que também em sede de Área Metropolitana tinha sido discutido a forma como esse valor seria redistribuído, sendo a equação uma conjugação da área geográfica com a área populacional: Santo Tirso beneficiaria de trinta e três por cento, na ordem de cinco milhões (5 000 000) de euros, Trofa vinte e três por cento, na ordem de três milhões e setecentos (3 700 000) e a Maia com quarenta e quatro por cento, na ordem dos oito milhões (8 000 000) de euros. Mais acrescentou que nessa UTLI Norte havia um conjunto de operações imateriais e materiais, mas havia duas que eram comuns: a monitorização e assessoria a todo o programa que era feito no âmbito desse PRR e um observatório de práticas de inovação social. Isso tinha obrigado à criação de um instrumento chamado de “Agrupamento de identidades adjudicantes” para os três



Municípios poderem adjudicar à mesma empresa quer uma coisa quer outra, sendo isso que seria aprovado no segundo ponto da proposta. No que dizia respeito à Maia, deu nota que já tinham apresentado, numa primeira fase, essas candidaturas, entretanto validadas, e tinham até ao final do ano para as consolidar, submetendo cada uma das operações por si. Iriam lançar seis operações imateriais, sendo que numa delas, o beneficiário direto era o Conservatório de Música da Maia, com o projeto “Música a partir do berço” e cinco operações ao nível das infraestruturas, sendo um dos beneficiários a Espaço Municipal. Mais deu nota que um dos projetos mais desafiantes era o “Maia Cuida+”, o projeto dos cuidadores informais. No concelho da Maia, havia apenas setenta e um cuidadores informais oficiais, e isso significava que as pessoas não reuniam as condições ou então desconheciam efetivamente o programa. Mais salientou que queriam criar uma aplicação e trabalhar aquele projeto como bandeira, dado que gostariam de retardar a institucionalização dessas pessoas, através do apoio aos cuidadores informais. Esse apoio não seria pecuniário, mas sim em horas de descanso do cuidador e também formação por uma equipa multidisciplinar, desde enfermeiros, psicólogos, nutricionistas, entre outros. O desenvolvimento da aplicação era para facilitar a comunicação entre o cuidador e a equipa multidisciplinar. Mais referiu que iriam dar continuidade ao projeto “Desafio na Escola e em Férias” que era um projeto dedicado a um campo de férias para crianças com necessidades educativas especiais, no período compreendido entre o final do ano letivo até ao início de um novo. Naquele momento, só aceitavam as crianças até ao primeiro ciclo e o projeto iria permitir alargar ao sexto ano. Tinham um projeto que iria permitir fazer o diagnóstico social do Concelho mais estratégico e participativo, para além do Plano de Desenvolvimento Social e Plano de Ação. Iriam dar continuação ao projeto “Maia Inclui”, projeto de intervenção comunitária com as comunidades desfavorecidas, muitas delas de etnia cigana, que até já tinham em curso com a Santa Casa da Misericórdia da Maia, abrangendo outras Freguesias. Mais referiu os programas de educação financeira em articulação com a Fundação Cupertino Miranda, que já tinham em curso no terceiro ano e, naquele momento, iriam alargar aos alunos de outros anos., alunos com deficiência e aos idosos. Em relação às operações infraestruturais, enumerou a reabilitação dos espaços públicos, nomeadamente no Sobreiro, a sua quarta fase, no valor de seiscentos e dezasseis mil (616 000) euros.



O Senhor Presidente, António Domingos de Silva Tiago acrescentou que era a envolvimento desses sete (7) blocos que não tinham sido intervencionados, e que iria ser agora com o "1.º Direito". Mais referiu que as parcelas que foram alvo de retificação do seu auto de avaliação, no ponto dez (10) da ordem do dia, também faziam parte dessa intervenção, sendo colocados elevadores em todos os blocos, tornando-os acessíveis a pessoas com mobilidade reduzida. Mais disse que os espaços envolventes a esses edifícios seriam alvo de reabilitação, inseridos no projeto das comunidades desfavorecidas.

A Senhora Vice-Presidente, Emília de Fátima Moreira dos Santos falou do acesso à Junta de Freguesia de Águas Santas e outras ruas que abraçavam as comunidades desfavorecidas.

O Senhor Presidente, António Domingos de Silva Tiago deu nota que iriam incluir a ligação ao Centro Cívico de Águas Santas, tendo já a Câmara Municipal negociado a parcela maior, voltada para a Rua de D. Afonso Henriques. Sobre a outra parcela já tinha sido enviado o processo para a DGAL, para efeitos de declaração de interesse público, dado que ainda não havia acordo com a proprietária.

A Senhora Vice-Presidente, Emília de Fátima Moreira dos Santos, falou também da requalificação de vários arruamentos na zona de Gemunde, na freguesia do Castelo da Maia e da Rua do Lidador – Igreja e prolongamento da ciclovia de Moreira, desde Pedras Rubras até à Junta de Freguesia de Vila Nova da Telha. Mais referiu a habitação mais acessível, à responsabilidade da Espaço Municipal para melhorar as condições de habitabilidade nos empreendimentos e também em certos de acessibilidade.

Depois de submetidos a discussão e votação foram a ratificação do Acordo celebrado entre a Área Metropolitana do Porto (na qualidade de beneficiária intermédia) e a Unidade Técnica Local Interior Norte, a minuta de Acordo de Constituição de Agrupamento de Entidades Adjudicantes da Unidade Técnica Local Interior Norte, o mapa financeiro das operações imateriais comuns à Unidade Técnica Local Interior Norte e o mapa das operações individuais materiais e imateriais do município da Maia, **aprovados por unanimidade.**

23. Processo de obras n.º 3856/19, em nome de Espaço Municipal – Renovação Urbana e Gestão de Património, E.M., S.A.



Depois de submetido a discussão e votação foi o deferimento do pedido, em conformidade com a informação técnica PI:1104/21,5, **aprovado por unanimidade**.

24. Aprovação da suspensão parcial ao PDM e estabelecimento de medidas preventivas para a Rua do Bacelo, freguesia de Milheirós, no designado Parque de Calvilhe

Informação emanada da Divisão de Planeamento Territorial – registo n.º 37 590/22

Depois de submetida a discussão e votação foi a suspensão parcial ao PDM e estabelecimento de medidas preventivas para a Rua do Bacelo, freguesia de Milheirós, no designado Parque de Calvilhe, após conhecimento do parecer da CCDRN, **aprovado por unanimidade**.

Apresentação à Assembleia Municipal nos termos e para os efeitos previstos na alínea b) do n.º 1 do artigo 126.º bem como o n.º 1 do art.º 137.º, ambos do RJIGT, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual

25. Atribuição de um apoio financeiro ao Centro Cultural e Desportivo dos Trabalhadores da Câmara Municipal, Serviços Municipalizados e Empresas Municipais da Maia, tendo em vista a comparticipação nos encargos decorrentes da realização do Superpiqueenique do Funcionário 2022

Proposta subscrita pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, António Domingos da Silva Tiago – registo n.º 33 330/22

Depois de submetida a discussão e votação foi a atribuição de um apoio financeiro ao Centro Cultural e Desportivo dos Trabalhadores da Câmara Municipal, Serviços Municipalizados e Empresas Municipais da Maia, no valor de seis mil e quinhentos euros (6500,00 Euros), **aprovada por unanimidade**.

26. Assembleia Municipal da Maia – deliberações tomadas na 5.ª sessão extraordinária de 28/07/2022

Ofício da Assembleia Municipal da Maia – registo n.º 39 535/22

Foi tomado conhecimento.



A Câmara Municipal mais deliberou, por unanimidade, aprovar em minuta as deliberações tomadas, para efeitos de execução imediata.

Pelas 18:39h o Senhor Presidente da Câmara encerrou a reunião, da qual se lavra a presente ata, que é constituída por treze (13) páginas e respetivos anexos.

O Presidente da Câmara Municipal da Maia

António Domingos da Silva Tiago

A Secretária da Reunião

Alexandra Carvalho

Maia e Paços do Concelho, 05 de setembro de 2022